

Economia deve ser indexada em 93 se ajuste fracassar

JORNAL DE BRASÍLIA

Márcio Batista

O secretário de governo Jorge Bornhausen disse, ontem, que o governo terá que implantar a indexação total da economia, a partir do início do próximo ano, se o ajuste fiscal não for aprovado até o final de 1992. A previsão do ministro foi feita a presidentes e representantes de federações de indústrias de todo o País, durante palestra na Confederação Nacional da Indústria (CNI).

"O Brasil chegará ao início de 1993 a uma encruzilhada, na qual a aplicação da política monetária não terá mais condições de manter a estabilidade da economia", previu o ministro. Por isso, Bornhausen apelou para que as federações iniciem em seus estados uma campanha de esclarecimento em torno da reforma fiscal que o governo encaminhará ao Congresso até o final de julho.

Bornhausen disse que a participação dos empresários engrossará a campanha de esclarecimento em torno da reforma que vem sendo implementada pelo governo há dois meses. Ele observou que este esforço acabará repercutindo no Congresso, sensibilizando deputados e senadores para a importância do assunto. Acrescentou que o governo também trabalhará para convencer os parlamentares de que as medidas da reforma fiscal não provocarão perda de receita tributária para estados e municípios.

Na rápida entrevista que concedeu após a reunião mensal da CNI, Bornhausen não especificou como seria implementada uma indexação total, nem mesmo quando um repórter lhe observou que a economia já está quase toda indexada, com exceção dos salários.

O ministro revelou que só depois da matéria ter sido bastante discutida por diversos segmentos da sociedade, o governo trabalhará para colocar em votação a reforma.



Bornhausen prevê encruzilhada, mas Albano garante produção

"Isso pode acontecer dentro de dois ou três meses. Mas, com certeza, teremos que votar as medidas até o final do ano", informou. O coordenador da comissão de reforma tributária, Ary Oswaldo Mattos Filho, também participou da reunião de ontem na CNI.

Mattos Filho explicou aos presidentes de federações o projeto do governo. Os empresários estão preocupados com a criação do imposto sobre ativos, e das modificações na contribuição previdenciária. Ary Oswaldo lembrou ainda aos empresários que é necessário transferir a carga tributária da produção para o consumo, e que não há risco de estados, onde o consumo é pequeno, ficarem sem receita.

Produção

O presidente da CNI, senador Albano Franco concordou com Bornhausen sobre a urgência de se

aprovar o ajuste fiscal, mas não quis comentar a possibilidade de indexação total. Anunciou que a CNI está elaborando um documento no qual o setor industrial expressará sua posição em relação ao ajuste fiscal. Franco antecipou que o documento deverá expressar o apoio das federações da indústria para a reforma fiscal.

Antes de presidir a reunião da CNI, Albano Franco teve uma audiência com o presidente Fernando Collor na qual assegurou que os empresários farão a sua parte para garantir a normalidade do País. "Os empresários continuarão produzindo e suprimindo suas prateleiras, para que problemas localizados não se transformem em um desastre generalizado", disse. O senador, no entanto, lembrou ao presidente Collor a necessidade de o País voltar a crescer e da execução de medidas anti-recessivas.

26 JUN 1992